

OESA Comércio e Representações S.A.

CNPJ nº 81.611.931/0001-28

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)							
Balanco Patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20	Balanco Patrimonial	Nota	31/12/21	31/12/20
Ativos/Circulantes							
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.949	115.115	Ativos/Circulantes		320.106	198.882
Contas a receber	5	118.075	107.987	Arrendamento	23	22.036	12.799
Estoque de mercadorias	6	131.056	103.493	Fornecedores	13	143.333	122.609
Impostos a recuperar	7	40.071	13.481	Contas a pagar com partes relacionadas	11	42.285	25.262
Contas a receber com partes relacionadas	11	200	113	Obrigações trabalhistas	14	12.162	8.879
Outros créditos		6.109	3.556	Impostos a recolher		5.756	3.876
Não circulantes		766.136	365.131	Tributos parcelados		372	-
Empréstimos para partes relacionadas	11	25.831	51.503	Dividendos a pagar		809	792
Depósitos judiciais	16	16.422	3.582	Obrigações por compra de participações	15	75.103	13.673
IR e CS diferidos	22	25.119	16.027	Outras contas a pagar		18.250	10.992
Outros créditos		7.541	2.570	Não circulantes		258.489	84.629
Investimentos	8	579.100	216.209	Arrendamento	23	64.523	39.617
Imobilizado	9	22.648	19.114	Obrigações por compra de participações	15	186.787	43.365
Intangível	10	8.813	6.467	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	6.833	1.647
Ativo de direito de uso	23	80.662	49.659	Tributos parcelados		346	-
Total dos ativos		1.159.596	708.876	Patrimônio líquido		581.001	425.365
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Saldos em 31/12/2019		49.355	-	Capital social		397.250	255.373
Lucro líquido do exercício		-	(8.010)	Reserva de capital		72.087	72.087
Reserva capital	17	102.108	-	Reserva legal		6.823	60.727
Reserva legal	17	-	-	Incentivos fiscais		-	-
Reserva de incentivos fiscais	17	-	-	Retenção de lucros		7.786	7.786
Integralização capital	17	-	8.010	Lucros acumulados		13.776	13.776
Aporte capital	17	103.910	-	Lucros controladores		(689)	-
Retenção de lucros		-	-	Lucros		11.407	(11.407)
Saldos em 31/12/2020		255.373	-	Retenção de lucros		(17)	(17)
Lucro líquido do exercício		-	-	Saldos em 31/12/2021		397.250	-
Reserva legal	17	-	-				
Reserva de incentivos fiscais	17	-	-				
Dividendos propostos	17	-	-				
Aporte capital	17	141.877	-				
Retenção de lucros		-	-				
Saldos em 31/12/2021		397.250	-				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A OESA Comércio e Representações S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 5/12/1989 e possui sua sede na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem por objeto social atividades de comércio atacadista de produtos alimentícios, comércio de frios, representações comerciais, transporte rodoviário em geral e participação em outras sociedades, na qualidade de sócio acionista. **1.1. Participações societárias:** Assim, em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

		Participação - %			
	Data de aquisição	31/12/21	31/12/20		
Hok Transportes Ltda.	16.06.16	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	20.12.18	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	06.03.20	-	-	100,00	-
Cerealista Nova Safra Ltda.	04.01.21	100,00	-	-	-
Flecha Foods Ltda.	30.06.21	100,00	-	-	-
Frios Transportadora Ltda.	30.06.21	100,00	-	-	-
Johann Alimentos Ltda.	31.08.21	100,00	-	-	-
Nóia Alimentos Ltda.	31.08.21	100,00	-	-	-

1.1.1. Combinações de negócios do exercício: Durante o exercício de 2021 a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas ao custo total de R\$365.269: a) *Cerealista Nova Safra Ltda.* ("Nova Safra"); Em 04/01/2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 154.085. A Empresa com sede na cidade de Contagem, estado de Minas Gerais, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armário, artigos descartáveis, embalagens, vestuários e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorvetarias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. b) *Flecha Foods Ltda.* ("Flecha"): Em 30/06/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 40.104. A Empresa com sede na cidade de Linhares, estado do Espírito Santo, atua no comércio atacadista de produtos alimentícios; fabricação de produtos de carnes, representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e promoção de vendas. c) *Johann Alimentos Ltda.* e *Nóia Alimentos Ltda.* ("*Johann*" e "*Nóia*"): Em 31/08/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 171.080. A Empresa com sede na cidade de Estância Velha, estado do Rio Grande do Sul, atua no comércio atacadista, importação e exportação de laticínios (leite e derivados); comércio atacadista, importação e exportação de carnes, aves e animais abatidos; comércio atacadista, importação e exportação de produtos alimentícios industrializados; comércio atacadista, importação e exportação de bebidas; comércio atacadista, importação e exportação de cereais beneficiados e leguminosos; transporte rodoviário de cargas de bebidas e produtos alimentícios; comércio varejista de laticínios, frios e conservas; comércio varejista de carnes; comércio varejista de produtos alimentícios; representação comercial de bebidas e produtos alimentícios; indústria, comércio e acondicionamento de produtos alimentícios; fornecimento de alimentação preparada, especialmente para consumo em empresas; e armazenamento de produtos por conta de terceiros, inclusive em câmaras frigoríficas, de produtos perecíveis e não perecíveis. A abertura do valor pago, na ordem de R\$365.269 pode ser verificada na nota explicativa nº 8, na qual são apresentados os balanços de abertura e a alocação do valor pago. **1.1.2. Transações societárias relevantes:** Aumento de capital social: Em 2021 a companhia recebeu aportes de capital na ordem de R\$ 141.877, para realização de novas aquisições, já comentadas na nota explicativa 1.1.1. Os aportes foram aprovados em reunião do Conselho de Administração. A abertura do valor aportado pode ser verificada na nota explicativa nº 17. **Incorporações:** No decorrer do exercício de 2021 a Oesa, com o objetivo de absorver as sinergias com seus negócios realizou a incorporação integral da DB Distribuidora de Alimentos Ltda. Como resultado da incorporação, a Oesa absorve o seguinte acervo líquido:

	DB
Ativos/Circulantes	31/10/21
Caixa e equivalentes de caixa	1.089
Contas a receber	10.947
Estoque de mercadorias	11.637
Impostos a recuperar	9.652
Outros créditos	525
Total dos ativos circulantes	33.850
Não circulantes	
Depósitos judiciais	7.567
IR e CS diferidos	1.035
Outros créditos	772
Imobilizado	1.056
Intangível	1.724
Ativo de direito de uso	2.974
Total dos ativos não circulantes	15.128
Passivos/Circulantes	
Fornecedores	12.874
Arrendamento Mercantil	154
Contas a pagar com partes relacionadas	483
Obrigações trabalhistas	2.028
Impostos a recolher	1.684
Outras contas a pagar	1.305
Total dos passivos circulantes	18.528
Não circulantes: Arrendamento Mercantil	2.972
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.996
Empréstimos com partes relacionadas	30.552
Tributos parcelados LP	511
Outras contas a pagar	12
Total dos passivos não circulantes	36.043
Acervo líquido	(5.593)

1.2. Impactos da COVID-19: Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia global provocada pelo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos relevantes na economia global como também no comportamento humano em todo o mundo. No Brasil, onde a Companhia mantém suas operações, a pandemia desencadeou importantes ações governamentais, das entidades privadas e do terceiro setor, para mitigar os efeitos desta pandemia na saúde da população e para amenizar os impactos econômicos negativos com esta mudança no cotidiano das pessoas e das empresas. Em 2022, continuamos atravessando um dos cenários mais desafiadores para toda a sociedade no Brasil e ao redor do mundo, porém, ponderado pela expectativa de um futuro mais promissor contando com a retomada da economia e do mercado de Foodservice, com base no programa massivo de vacinação da população mundial contra a Covid-19 e pela retomada da mobilidade da população que está se aproximando aos patamares pré-pandemia, já no início de 2022. Com isso, seguiremos investindo na expansão dos negócios da Dely's através da expansão da equipe de vendas para aumentar nossa participação de mercado e para explorar novos mercados, com a ambição de aumentar nossa base de clientes e cobertura geográfica (meta de atingir 4.000 cidades no Brasil até o final de 2022). Para suportar o crescimento projetado, planejamos a expansão das operações para o atendimento da demanda projetada através do aumento dos armazéns e logística contratada. Além disso, investiremos em um programa de transformação digital que disponibilizará um novo canal de atendimento e vendas aos clientes atuais e novos clientes que serão adquiridos através do nosso site. **Análise dos riscos e medidas:** A Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) em fevereiro de 2020, a instituição de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando à definição de estratégias assertivas e tempestividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (*home office*) para os colaboradores da área administrativa-financeira-contábil-comercial, que representam aproximadamente 50% dos seus colaboradores; (v) rigoroso controle de acesso e implementação de um conjunto de medidas de segurança visando à redução do risco de contágio dos seus colaboradores. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade de operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. a) **Continuidade operacional:** A pandemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica no Brasil, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de crédito e disponibilidade de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Companhia está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade de seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. b) **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** o período findo em 31/12/2021, a Companhia avaliou sua carteira de recebíveis e não identificou evidências que pudessem impactar sua estimativa de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Dessa forma, o montante da provisão para perda reconhecida de R\$6.464 reflete de maneira adequada a melhor estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação. c) **Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2020, bem como eventos ocorridos até 31/12/2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. **Realização dos estoques:** Durante o momento mais crítico da pandemia, adequamos nossos níveis de estoques para atender às demandas de nossos clientes. Em 31/12/2021 os níveis dos estoques estão normalizados. **Conclusão:** Mediante todas as ações implementadas para mitigar os efeitos da pandemia nos negócios da Companhia, a revisão do plano de negócio, o monitoramento contínuo da situação da pandemia no Brasil e a manutenção das medidas de continuação de gastos, a Companhia encontra-se diligente e segura da sua continuidade operacional e que os valores dos seus ativos estão adequadamente mensurados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são divulgadas de forma individual, pois, foram apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da controladora DFS Holding S.A., a qual apresenta suas demonstrações financeiras utilizando também as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas

estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e IR e CS diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.4. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.5. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir.

Classe de imobilizado	Vida útil
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Equipamentos de telecomunicação	6% a 20% a.a.
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.
Veículos	3% a 20% a.a.
Benefetorias em imóveis de terceiros	7% a 10% a.a.

3.7. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ele é reconhecido no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.8. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Companhia é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.9. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - parte relacionadas empréstimos e financiamentos da Companhia são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.10. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma

Demonstração do Resultado	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida de venda de mercadorias e serviços prestados	18	1.471.997	1.214.558
Custo das mercadorias revendidas	19	(1.195.926)	(978.563)
Lucro bruto		276.071	235.995
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	19	(92.220)	(64.301)
Despesas gerais e administrativas	19	(201.184)	(182.253)
Outras receitas (despesas) não operacionais, líquidas	20	9.897	(7.289)
Equivalência patrimonial	8	29.185	21.499
Lucro operacional antes do resultado financeiro		21.749	3.651
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		14.812	10.879
Despesas financeiras		(30.841)	(18.847)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		5.720	(4.317)
IR e CS	22		
Diferidos		8.056	8.345
Lucro líquido do exercício		13.776	4.028
Lucro por ação - em reais		0,6682	0,2615
Demonstração do Resultado Abrangente		31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício		13.776	4.028
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		13.776	4.028

estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e IR e CS diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.4. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.5. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir.

Classe de imobilizado	Vida útil
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Equipamentos de telecomunicação	6% a 20% a.a.
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.
Veículos	3% a 20% a.a.
Benefetorias em imóveis de terceiros	7% a 10% a.a.

3.7. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ele é reconhecido no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.8. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem,

são previstas na legislação fiscal. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigorará para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo converter-se para um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Companhia não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicam-se para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos adicionais em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão não incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de relatório, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de

perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 22. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 24 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é substancialmente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideradas a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/21	31/12/20
Caixa	39	72
Bancos - Conta movimento	23.274	323
Aplicações financeiras (a)	74.636	114.720
	97.949	115.115

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato. **5. Contas a receber:**

	31/12/21	31/12/20
Clientes - Mercado interno	124.539	114.416
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.464)	(6.429)
	118.075	107.987

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
A vencer	103.803	94.059
Vencidos 0 a 30 dias	12.645	12.683
Vencidos 31 a 60 dias	2.502	2.279
Vencidos 61 a 90 dias	1.616	1.620
Vencidos há mais de 90 dias	3.973	3.775
Total	124.539	114.416

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Saldo no início do exercício	(6.429)	(2.078)
Constituição de provisão	(19.542)	(14.228)
Baixas de títulos	19.507	9.877
Saldo no final do exercício	(6.464)	(6.429)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas histórica da Companhia sobre o valor do faturamento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. **6. Estoque de mercadorias:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Estoque de mercadorias para revenda	124.609	97.638
Provisão para realização de estoques	(721)	(3.239)
Adiantamentos a fornecedores	7.168	9.094
	131.056	103.493

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Saldo no início do exercício	(3.239)	(5.300)
Constituição de provisão	(4.797)	(3.729)
Reversão de provisão	7.215	5.790
Saldo no final do exercício	(721)	(3.239)

7. Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial a entidade de os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	31/12/21	31/12/20
ICMS a recuperar	5.159	8.954
PIS/COFINS a recuperar	32.826	3.145
IRPJ e CSLL a recuperar	1.917	1.262
Outros	169	120
	40.071	13.481

No decorrer do ano de 2021 a Companhia obteve trânsito e julgamento nas ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito e julgamento das ações contribuíram para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. **8. Investimentos:** A composição dos investimentos em 31/12/2021 e 2020 é composta da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Investimento	184.875	51.321
Mais-valia de ativos adquiridos	202.901	94.309
Ágio	191.324	70.579
Total	579.100	216.209

A Companhia realizou teste de impairment em seus investimentos. O método utilizado para o teste de recuperabilidade foi o de "Valor em Uso", conforme determinado pelo pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos. Para descontar o fluxo de caixa e apresentá-lo ao valor presente, foi definida uma taxa de desconto nominal de 10,5% ao ano. **Investimento em controlada avaliado por equivalência patrimonial:** A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	Saldo em 31/12/2020	Aquisição por participação	Equivalência patrimonial	Baixa por incorporação	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2021
Controladas						
Hok	34.854	—	2.313	—	(17.011)	20.156
Imperial	19.941	—	8.081	—	—	28.022
DB	(3.474)	—	(2.118)	5.592	—	—
Nova Safra	—	53.512	10.897	—	—	64.409
Flexha Foods	—	5.809	3.137	—	—	8.946
Johann	—	52.900	6.361	—	—	59.261
Nóia	—	3.567	514	—	—	4.081
	51.321	115.788	29.185	5.592	(17.011)	184.875
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição por participação	Equivalência patrimonial	Baixa por incorporação	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2020
Hok	17.532	—	17.322	—	—	34.854
Imperial	17.513	—	2.428	—	—	19.941
DB	—	(4.422)	948	—	—	(3.474)
Frigonepi	—	9.110	981	—	—	10.091
Sol de Maio	—	4.812	(180)	—	—	4.632
	35.045	9.500	21.499	(14.723)	—	51.321

Informações relevantes sobre as controladas:

Controladas	Quantidade		Capital social			Patrimônio líquido		Receita líquida		Lucro líquido das controladas	
	total de ações	Participação	Ativo	Passivo							
Hok	14.598.477	99,99%	14.598	32.026	11.869	20.157	80.879	2.313			
Imperial	13.135.680	99,99%	13.135	87.479	59.454	28.025	310.073	8.081			
DB	137.970	100,00%	138	56.928	62.520	(5.592)	132.500	(2.118)			
Nova Safra	44.190.000	100,00%	44.190	133.536	69.127	64.409	412.241	10.897			
Flexha Foods	5.080.000	100,00%	5.080	18.576	9.810	8.946	91.975	3.137			
Johann	48.747.740	100,00%	48.748	107.601	48.340	59.261	141.386	6.361			
Nóia	3.391.263	100,00%	3.391	11.104	7.205	3.899	23.407	514			

Controladas	Quantidade		Capital social			Patrimônio líquido		Receita líquida		Lucro líquido das controladas	
	total de ações	Participação	Ativo	Passivo							
Hok	14.598.477	99,99%	14.598	56.773	21.916	34.857	94.176	17.322			
Imperial	13.135.680	99,99%	13.135	712.599	692.656	19.943	234.472	2.428			
DB	137.970	100,00%	137.970	47.004	50.478	(3.474)	140.187	(4.570)			

Aquisição de participações societárias: Durante o exercício de 2021 a Companhia obteve o controle das respectivas entidades, resultado nas respectivas alocações: **Ativos adquiridos e passivos assumidos:**

Ativos	(a) Nova Safra		(b) Flexha Foods		(c) Johann		(d) Nóia	
	Alocação definitiva	04/01/21	Alocação definitiva	30/06/21	Alocação definitiva	31/08/21	Alocação definitiva	31/08/21
Ativos	04/01/21 <td>30/06/21 <td>31/08/21 <td>31/08/21 <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </td></td></td>	30/06/21 <td>31/08/21 <td>31/08/21 <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </td></td>	31/08/21 <td>31/08/21 <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </td>	31/08/21 <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td>	—	—	—	—
Caixas e equivalentes	15.172	972	7.541	861	—	—	—	—
Contas a receber	16.184	4.282	15.425	2.941	(438)	—	(3.737)	—
Estoques	30.369	3.377	21.444	3.617	(4.231)	(23.647)	(973)	—
Impostos a recuperar	—	203	14.704	199	(233)	(6.296)	(973)	—
Outros ativos	20.025	—	1.769	6	(850)	(2.273)	(131)	—
Imobilizado, Intangível, Direito de uso	23.149	4.228	25.352	2.027	(1.940)	(7)	(1.168)	—
Passivos	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—	—	—	—	—	—
Fornecedores	(24.623)	(4.231)	(23.647)	(3.737)	—	—	—	—
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.653)	(233)	(6.296)	(973)	—	—	—	—
Imposto a pagar	(5.714)	(850)	(2.273)	(131)	—	—	—	—
Outros passivos	(16.717)	(1.940)	(7)	(1.168)	—	—	—	—
Provisões para litígio	—	—	(90)	—	—	—	—	—
Outros passivos	(680)	—	(584)	(75)	—	—	—	—
Patrimônio Líquido	53.512	5.808	52.900	3.567				

Ativos	(a) Nova Safra		(b) Flexha Foods		(c) Johann		(d) Nóia	
	Alocação definitiva	04/01/21	Alocação definitiva	30/06/21	Alocação definitiva	31/08/21	Alocação definitiva	31/08/21
Alocação provisória do ágio								
Parcela adquirida	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	—	—	—	—
Patrimônio líquido adquirido	53.512	5.808	52.900	3.567	—	—	—	—
Contraprestação transferida a valor justo	154.085	40.104	142.289	28.791	—	—	—	—
Ágio provisório a ser alocado	100.573	34.296	89.389	25.224				
Ativos identificáveis e passivos assumidos								
Mais-valia de ativos	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizados	6.772	3.595	4.753	1.467	—	—	—	—
Valor justo da marca	24.684	4.160	14.915	2.705	—	—	—	—
Valor justo de acordo de não competição	8.687	1.355	5.914	2.380	—	—	—	—
Valor justo da carteira de clientes	21.188	3.618	19.274	2.496	—	—	—	—
Alocação definitiva do ágio - Residual	39.242	21.568	44.533	16.176	—	—	—	—
Total dos ativos alocados	100.573	34.296	89.389	25.224				

A tabela acima resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, os quais foram registrados pela Companhia com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada. (a) Cerealista Nova Safra Ltda.: Em 04/01/2021 a Controlada Oesa Oesa comércio e representações S.A. adquiriu a Empresa Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"), distribuidora de produtos para padarias, restaurantes, sorvetarias, buffets, bares, hotéis, cozinhas industriais, confeitarias, lanchonetes, entre outros segmentos. A empresa realiza entregas em todo o estado de MG. Foram adquiridos 44.190,00% cotas, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Empresa pelo valor de R\$ 154.085; (ii) R\$ 78.552 pagos na data da aquisição aos antigos acionistas; (iii) R\$ 61.211 a serem pagos em 5 (cinco) parcelas, atualizadas pela variação do IPCA, com primeiro vencimento em 04/01

(a) Refere-se a serviços de administração financeira prestados pela DFS Holding S.A.; (b) Refere-se a serviços de transportes de alimentos efetuados pela controlada HOK Transportes Ltda.; (c) Refere-se a compra e venda de mercadorias da controladora da Companhia.; (d) Mútuo com partes relacionadas a receber. **12. Remuneração da administração:** Em 31/12/2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 4.484 (R\$ 2.073 em 31/12/2020), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	2.579	1.255
Bônus	918	567
Encargos sociais	987	251
Saldo final	4.484	2.073

13. Fornecedores: O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Fornecedores produtos de revenda	138.528	119.494
Prestadores de serviços	4.010	1.067
Outros	795	2.048
Total	143.333	122.609

14. Obrigações sociais e trabalhistas:

	31/12/21	31/12/20
Salários e ordenados a pagar	1.709	1.142
Provisão de bônus e gratificações	3.294	3.001
Férias e encargos	4.822	3.105
INSS a recolher	1.070	711
IRRF a recolher	856	687
FGETS a recolher	353	208
Outros	58	25
Total	12.162	8.879

15. Obrigações por compra de participações: O saldo é composto por parcelas ainda a serem pagas referente a compras de Empresas e Companhias ao qual a Oesa possui participação direta, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Oesa Comércio e Representações	5.244	5.882
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	5.565	7.029
Imperial Importação e Exportação Ltda.	12.001	19.189
Sol de Maio Ltda.	1.619	4.779
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	14.000	17.000
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.181	1.181
Cerealista Nova Safra Ltda.	67.339	-
Flecha Foods Ltda.	20.104	-
Johann e Nôia Alimentos Ltda.	104.068	-
Outros valores a pagar a antigos sócios	12.019	-
Juros incorridos	18.750	1.978
Total	261.890	57.038

Curto prazo **75.103** 13.673
Longo prazo **186.787** 43.365

Não decorrer do ano de 2021, foram adquiridas as empresas Cerealista Nova Safra Ltda., Flecha Foods Ltda., Johann Alimentos e Nôia Alimentos Ltda. e Nôia Alimentos Ltda. Essas aquisições possuem pagamentos diferidos, conforme contrato de compra e venda assinado com os antigos sócios das Empresas, assim aumentando em R\$ 208.654 o endividamento com obrigações por compra de participações. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição estão apresentados, individualmente, na nota explicativa nº 8.

16. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída de R\$ 6.833 (R\$ 1.647 em 31/12/2020) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

Natureza processual	31/12/21	31/12/20
Cível	408	407
Tributário	5.645	704
Trabalhista	780	536
Saldo final	6.833	1.647

A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:

	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	1.647	1.008
Baixa/Reversão de processos cível	(67)	(48)
Início de ação jurídica de origem cível	68	15
Início de ação jurídica de origem trabalhista	383	(253)
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	(138)	251
Início de ação jurídica de origem tributária	870	-
Ação tributária depositada judicialmente	4.070	674
Saldo final	6.833	1.647

Os processos com probabilidade de perda classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$ 17.621 (R\$ 13.186 em 31/12/2020) segregados nas seguintes esferas jurídicas:

Natureza processual	31/12/21	31/12/20
Cível	774	821
Tributário	13.154	10.135
Trabalhista	3.693	2.230
Total	17.621	13.186

Os processos apontados como perda possível de natureza cível se referem a processos por danos morais. Já os processos de natureza trabalhista se referem a verbais indenizatórios. Os processos tributários são em sua totalidade de origem Estadual aplicada a revisões de ICMS realizadas pelas autoridades fiscais, os quais possuem orientação jurídica de êxito, contudo por ser um tema controverso, são classificadas como possibilidade de êxito possível. A Companhia tem como garantias de alguns processos, depósitos judiciais registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$ 16.422 (R\$ 3.582 em 31/12/2020).

Natureza processual	31/12/21	31/12/20
Tributários	16.320	3.497
Trabalhista	102	85
Total	16.422	3.582

A Companhia é parte investigada, juntamente com outros distribuidores, produtores e entrepostos frigoríficos de Santa Catarina, despachantes aduaneiros e fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Santa Catarina, no Inquérito Policial distribuído perante a Justiça Federal de Itajaí sob o nº 5012044-62.2016.4.04.7208 em 15/08/2016 pela Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC - Superintendência Regional em Santa Catarina, conhecido como Operação Fugu. O Inquérito versa sobre supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. O Inquérito resultou na apreensão de amostras de pescados congelados na controlada e em outras investigadas visando estudos periciais. Foi apresentado pelo Delegado o relatório final da investigação, não tendo sido confirmada a presença de indícios de prática de crimes de corrupção ou outros crimes contra a administração pública por parte dos representantes e/ou funcionários da OESA. O Delegado entendeu, em relação a OESA, que se faz necessário prosseguir apenas com relação ao resultado das análises periciais das amostras de pescados que foram apreendidos, devendo a continuidade das investigações ocorrer na Polícia Federal de Joinville, responsável por fatos ocorridos na Cidade de Jaraguá do Sul, onde está situada a matriz da OESA. Aguardamos manifestação do Ministério Público sobre o relatório do Delegado. Não houve movimentação no processo no decorrer do ano-calendário de 2021 e até a emissão dessas demonstrações financeiras.

17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 09/01/2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o resgate total de 1.000 ações preferenciais no valor de R\$ 20,49. Na mesma data, foi realizada a subscrição de capital social no ordem de R\$ 36.600. Dessa transação, o montante de R\$ 3.660 foi integralizado ao capital social, o montante de R\$ 32.940 foi destinado a reserva de capital. Em 04/03/2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizada a subscrição de capital social no ordem de R\$ 43,497, assim finalizando a integralização de capital aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/07/2016 em sua totalidade. Dessa transação, o montante de R\$ 4.350 foi integralizado ao capital social, o montante de R\$ 39.147 foi destinado a reserva de capital. Em 20/04/2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a emissão de 870.485 novas ações por um preço de emissão de R\$ 27,49 cada, perfazendo o preço de subscrição total de R\$ 23.910. Em 11/12/2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a emissão de 2.989.537 novas ações por um preço de emissão de R\$ 26,76 cada, perfazendo o preço de subscrição total de R\$ 80.000. Ainda no mesmo ato aprovar novo aumento de capital social no valor de R\$ 102.108 realizado mediante a capitalização de reservas de capital da Companhia, sem que tal aumento resulte em emissão de novas ações. Em 28/05/2021, em Reunião do Conselho da Administração, foi aprovado aumento de capital social, no montante de R\$ 87.664 emitindo 3.183.110 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 27,54 (vinte sete reais e cinquenta e quatro centavos) por ação. Em 20/12/2021, em Reunião do Conselho da Administração, foi aprovado

aumento de capital social, no montante de R\$ 54.213 emitindo 2.027.374 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 26,74 (vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) por ação. Em 31/12/2021, o capital social subscrito e integralizado da companhia é de R\$ 397.250 por 20.617.849 ações ordinárias (R\$ 255.373 por 15.407.365 ações ordinárias em 31/12/2020) assim distribuídas:

	2021	2020
Ações ordinárias	31,25	6,44
Ações preferenciais	68,75	8,96
Total	100,00	15,41

Reservas de capital: A reserva de capital constituída pela Companhia é destinada a investimentos futuros, os quais estão sob avaliação do Conselho de Administração da Companhia e seus diretores. Em 11/12/2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado novo aumento de capital social no valor de R\$ 102.108 realizado mediante a capitalização de reservas de capital da Companhia, sem emissão de novas ações. Em 31/12/2021, o saldo de reserva de capital é de R\$ 72.087 (R\$ 72.087 em 31/12/2020). **Reservas de incentivos fiscais:** A reserva de incentivos fiscais é constituída por subvenção estadual para investimento de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/1976, bem como sua destinação. A reserva de incentivos fiscais tem por fim assegurar o uso da subvenção governamental na atividade da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva de incentivos fiscais é de R\$ 72.134 (R\$ 60.727 em 31/12/2020). **Reservas de legal:** A reserva legal foi constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva legal é de R\$ 7.512 (R\$ 6.823 em 31/12/2020). **Dividendos:** Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária. Em 31/12/2021 foi constituído dividendos mínimos no montante de R\$ 17. Em 31/12/2020, não foi constituído dividendos mínimos, embora com lucro líquido no exercício, após a constituição da reserva de incentivos fiscais superior ao montante do lucro líquido, houve a compensação pelas reservas de lucros. A Administração da Companhia decidirá em Assembleia Geral Ordinária a destinação das retenções de lucros afirm de atender a legislação vigente no país.

18. Receita líquida:

	31/12/21	31/12/20
Receita de vendas e serviços	1.730.006	1.431.251
(-) Deduções da receita bruta: Impostos	(198.927)	(165.070)
Devolução de vendas	(48.168)	(37.395)
Provisão para perdas com clientes	(10.914)	(14.228)
Receita líquida	1.471.997	1.214.558

19. Custos e despesas por natureza:

	31/12/21	31/12/20
Mercadorias de revenda	(1.195.926)	(978.563)
Fretes e agregados	(97.434)	(102.069)
Manutenção	(1.099)	(967)
Salários e encargos	(53.863)	(37.881)
Comissões	(49.088)	(46.883)
Serviços terceiros	(28.076)	(23.628)
Armazenagem	(1.485)	(426)
Aluguel/condomínio	(17.221)	(273)
Energia elétrica	(5.804)	(4.814)
Depreciação e amortização	(23.751)	(23.937)
Outras despesas, líquidas	(1.588,33)	(5.676)
Total	(1.489.330)	(1.225.117)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

	31/12/21	31/12/20
Custo das mercadorias revendidas	(1.195.926)	(978.563)
Despesas com vendas	(92.266)	(64.301)
Despesas gerais e administrativas	(201.184)	(182.253)
Total	(1.489.330)	(1.225.117)

20. Outras receitas (despesas) não operacionais:

	31/12/21	31/12/20
Descarga de mercadorias	2.278	2.615
Alienação de ativos	(134)	154
Recuperações tributárias (a)	7.365	570
Recuperação de despesas (b)	-	4.670
Pagamentos de obrigações com antigos sócios	-	(15.227)
Outros	388	(71)
Total	9.897	(7.289)

(a) Não decorrer do ano de 2021, a Companhia logrou êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. (b) Recuperação de despesas devido a serviços compartilhados entre empresas do mesmo grupo econômico. O processo é devidamente formalizado por contrato entre as empresas, com critérios de rateio para essa recuperação.

21. Resultado financeiro:

	31/12/21	31/12/20
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	507	439
Juros ativos	13.066	7.217
Descontos obtidos	-	1.845
Variação cambial ativa	1.239	1.378
Total	14.812	10.879

Despesas financeiras:

	31/12/21	31/12/20
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.388)	(3.255)
Juros sobre direito de uso de imóveis	(5.451)	(3.027)
Outras despesas financeiras	(5.099)	(447)
Descontos concedidos	-	(3.117)
Variação cambial passiva	(1.903)	(9.001)
Total	(30.841)	(18.847)

Resultado financeiro **(16.029)** (7.968)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) **Correntes:** O IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a CS é calculada à alíquota de 9%.
Lucro antes do IR e da CS **5.720** (4.317)
5.720 (4.317)
Alíquota IRPJ e CSLL **34%** **34%**
Expectativa de (despesa) de IRPJ e de CSLL **(1.945)** 1.468
Ajustes permanentes: Incentivos fiscais **3.878** 3.948
Equivalência patrimonial **9.923** 7.309
Despesas indedutíveis **(3.589)** (3.762)
Outros **(211)** (618)
Total **8.056** 8.345
Diferidos **8.056** 8.345
Total **8.056** 8.345

b) **Diferidos:** O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue:

	31/12/21	31/12/20
Ativo:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.484	6.429
Provisão de comissões	9.108	8.243
Provisão para fretes	-	22
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.094	978
Provisão para realização de Estoques	720	3.239
Base negativa de IRPJ/CSLL	31.859	19.018
Efeitos IFRS 16	5.467	2.478
Amortização de mais-valia	19.964	7.786
Amortização de ágio	(12.302)	(5.474)
Provisão de bônus	3.294	3.001
Provisão de contas a pagar	7.090	-
Outras provisões	101	1.419
Total	73.879	47.139

Aliquota aplicável estimada **34%** 34%
IR e CS diferidos **25.119** 16.027

Os créditos reconhecidos sobre provisões fiscais e bases negativas da CS estão supeditados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a dez anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, provisões para bônus e comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Companhia, apresenta provisões fiscais a compensar no valor de R\$ 31.859 em 2021 (2020: R\$ 15.966). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Companhia é de 6 anos. **23. Arrendamentos CPC 06 (R2):** A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis, máquinas, veículos e outros equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento dos imóveis geralmente variam entre 2 e 10 anos, enquanto veículos e outros equipamentos geralmente têm prazos de arrendamento entre 3 e 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedida de ceder e sublocar os ativos arrendados e alguns contratos exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, conforme discutido abaixo. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de

cada contrato. A Companhia também possui alguns arrendamentos de máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	31/12/21	31/12/20
Ativos		
Imóveis	28.573	-
Equipamentos	-	28.573
Veículos	-	28.573
Total	28.573	57.146
Adições	23.130	1.412
Adições por incorporação	7.285	-
Despesas de depreciação	(10.330)	(411)
Em 31/12/2020	48.658	1.001
Adições	45.597	1.201
Adições por incorporação	4.179	130
Despesas de depreciação	(20.325)	(1.216)
Despesas de depreciação por incorporação	(1.256)	(78)
Em 31/12/2021	76.853	1.038

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31/12/2021 e 31/12/2020 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Saldo em 31 de dezembro	52.416	29.644
Adições	50.242	24.543
Adições por incorporação	3.126	7.399
Pagamento de principal	(19.225)	(9.170)
Pagamento de juros	(6.047)	(3.334)
Juros incorridos	6.047	3.334
Saldo em 31 de dezembro	86.559	52.416
Circulante	22.036	12.799
Não circulante	64.523	39.617

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	31/12/21	31/12/20
2021	9.291	-
2022	22.036	13.213
2023	19.663	10.652
2024	20.416	9.740
2025	16.125	9.520
2026	7.303	-
2027 a 2033	1.016	-
Total	86.559	52.416

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 2 a 10 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 2 meses pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, um aumento de R\$ 2.958 (R\$ 976 de redução em 2020), em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. **24. Instrumentos financeiros:** Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2021 e em 2020 é como segue:

	31/12/21	31/12/20
Caixa e equivalente de caixa	97.949	115.115
Contas a receber	118.075	107.987
Partes relacionadas	26.031	51.616
Total	242.055	274.718

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gere o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2021:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	143.333	-	-
Obrigações por compras de participações	57.075	44.384	160.431
Arrendamentos mercantil	22.036	40.079	24.444
Partes relacionadas	9.148	33.137	-
Total	231.592	117.600	184.875

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Risco de taxa de juros:** a) **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021 e em 2020. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do país). A Companhia gere seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devam ocorrer no período máximo de 30 dias. **Sensibilidade à taxa de câmbio:** A Companhia possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moeda estrangeira, dólar americano (USD).

Efeito na despesa financeira

	Saldo	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Fator de risco					
Risco		(-25%)	(+25%)	(-50%)	(+50%)
Saldo	26.753	20.065	33.441	13.377	40.130

Possivo

	Aumento	do dólar			
Fornecedores	26.753	20.065	33.441	13.377	40.130
Taxa do dólar utilizada - R\$	5,799	4,184	6,974	2,900	8,369

25. Cobertura de seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	Cobertura
Incêndios	360.330
Perda de aluguel	11.060
Lucros cessantes	46.000
Danos morais	2.190
Vendaval	28.900
Responsabilidade civil	8.530
Danos elétricos	3.633
Impacto de veículos	4.810
Equipamentos	7.415
Desmoronamento	3.350
Outros	4.914
Total	481.132

26. Transações não envolvendo caixa: Durante o exercício findo em 31/12/2021, para expansão de suas operações, a Companhia adquiriu, controle de quatro empresas, Cerealista Nova Safra Ltda., Flecha Foods Ltda.,

Johann Alimentos e Nôia Alimentos. Iais efeitos, da aquisição dos ativos dessas Empresas, não envolveram caixa, pois ainda se encontram pendentes de pagamento. O saldo pendente de pagamento em 31/12/2021 e 2020 é composto a seguir:

	31/12/21	31/12/20
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	5.565	7.029
Imperial Importação e Exportação Ltda.	12.001	19.189
Sol de Maio Ltda.	1.619	3.779
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	14.000	17.000
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.181	1.181
Cerealista Nova Safra Ltda.	67.339	-
Flecha Foods Ltda.	20.105	-
Johann Alimentos Ltda.	86.554	-
Nôia Alimentos Ltda.	17.515	-
Juros incorridos	18.750	2.078
Total	244.	

Outro ponto significativo a ser informado sobre eventos subsequentes é que a administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Companhia não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam

Diretoria: Maurício Câmara - Diretor Presidente

Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da **Oesa Comércio e Representações S.A.** - Jaraguá do Sul (SC) - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da OESA Comércio e Representações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia, juntamente com outras empresas distribuidoras da região de Santa Catarina, estão sendo investigadas pelas autoridades em virtude de denúncia realizada acerca de supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Em 31/12/2021 os fatos ainda estavam sendo apurados pelas autoridades e, nesse momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou sua controlada decorrente deste processo de investigação externo, nem seus eventuais efeitos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria**

surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia. **28. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021:** As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 17/08/2022.

Contador: Vagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC

das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 17 de agosto de 2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC000048/F, **Cleverson Luis Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.